

**O ARTIGO DE OPINIÃO
NA AULA DE LÍNGUA PORTUGUESA:
POR UM PROGRAMA ARGUMENTATIVO
COM RETÓRICA**

Patricia Ferreira Neves Ribeiro
(UFF/UNILASALLE/FAETEC)
patleitura@gmail.com

1. A produção textual na sala de aula

Uma avaliação geral do trabalho com a produção textual nas aulas de língua portuguesa revela que, ainda hoje, as atividades de redação centram-se em práticas que privilegiam o estudo da palavra e da frase descontextualizadas.

Muito embora, na atualidade, todo um embasamento teórico calcado na dimensão interacional e discursiva da língua seja ofertado por instituições governamentais em cursos de formação e capacitação de professores, fato é que mesmo o trabalho com a escrita, em aulas de língua portuguesa, ainda toma como eixo principal o estudo da nomenclatura gramatical. Nesse sentido, o “aprender a escrever” equivale à aquisição de uma escrita artificial, mecânica, descontextualizada e inibida em sua autoria; dominar a escrita é, por exemplo, nessa perspectiva reducionista, escrever, simplesmente, sem erros de ortografia.

Com atenção à produção textual em sala de aula, esta pesquisa parte de algumas ações essenciais ao trabalho com o texto, a saber: privilegiar e estimular a presença necessária do sujeito aprendiz sobre o seu dizer; inserir o aprendiz no processo interativo da linguagem, no qual ele manifesta intenções na relação cooperativa com o outro; levar o aprendiz a praticar uma escrita planejada e submetida a processos de revisão.

Essas ações baseiam-se num conceito de texto como discurso. Em outros termos, o texto é tomado como um evento, dialogicamente constituído, em que elementos linguísticos e extralinguísticos atuam, na produção de variados efeitos de sentido, segundo um contrato de comunicação condicionado pelo gênero textual escolhido.

Nesta pesquisa, tomamos como centro de nossa análise o gênero textual artigo de opinião assinado, organizado, no escopo do contrato de comunicação midiático, segundo o modo argumentativo do discurso. O artigo “Uma no cravo e duas na ferradura”, de 23 de março de 2007, assinado pelo jornalista Villas-Bôas Corrêa, do Jornal do Brasil, é o texto escolhido para apresentarmos o uso de mecanismos linguísticos e extralinguísticos instauradores do processo interativo da linguagem, no qual o aprendiz pode e deve inserir-se.

A temática da troca verbal, as circunstâncias comunicativas e sociais e as instâncias de recepção e de produção ilustram esses mecanismos fundadores da interação verbal. De acordo com o interesse deste trabalho, mais especificamente, privilegiamos, nesta pesquisa, fazer o estudo da instância de produção. Neste estudo queremos mostrar que ela é caso exemplar de um “eu” atuante sobre o seu dizer no âmbito de um programa argumentativo que suscita emoções e estimula afetos.

A escolha do *corpus* – limitado, neste trabalho, a uma pequena amostra – justifica-se por ele apresentar um recorrente componente linguístico – a reenunciação proverbial – que exemplifica como a produção textual na sala de aula pode se voltar para a prática de uma escrita tomada, nitidamente, segundo seu valor interacional. A partir desse *corpus* e do olhar a ele dirigido, privilegiamos focalizar, no quadro da interação verbal, a construção do sujeito enunciador em sua relação com o apelo emocional da linguagem argumentativa. Em outras palavras, abordaremos a instância de produção dos provérbios recriados relativamente ao programa argumentativo com retórica que se estabelece no artigo estudado.

2. Por um programa argumentativo com retórica

Parece já estar claro que este trabalho insere-se numa perspectiva que não se atém ao estudo da produção textual como o resultado de uma soma livre de frases. Ao contrário, preocupa-se com as atividades de redação em que a unidade de sentido, bem como os efeitos de sentido produzidos e, principalmente, a imagem de um sujeito atuante sobre o seu dizer sejam sempre perseguidos. Sobretudo, frente à preocupação principal com a subjetividade na linguagem ar-

gumentativa, esta pesquisa insere-se no universo da linguagem com emoção.

No que concerne ao modo de organização em foco nesta pesquisa, o argumentativo, vale dizer que, em âmbito escolar, o processo argumentativo tem sido visto, às vezes, como um dizer puramente intelectual, descontextualizado e distanciado de um sujeito enunciativo. Assim, a palavra argumentativa na escola tem sido atrelada quase sempre à palavra da razão. A tradicional dicotomia cognição/emoção parece ainda não ter sido superada no trato da argumentação na escola.

Assumindo outra abordagem para o estudo da argumentação na sala de aula, dentro do gênero textual artigo de opinião assinado, esta pesquisa visa analisar, à luz do contrato de comunicação midiático, um programa de argumentação que privilegia a presença do sujeito em toda a sua heterogeneidade, inserido na relação com o mundo e com o coenunciador. Isso significa defendermos que trabalhos com o modo de organização argumentativo, na escola, investiguem e, depois, promovam, no interior da argumentação, o jogo intercambiável entre razão e emoção, flagradas nas investidas do sujeito sobre o discurso que constitui.

Não é mais possível que, no estudo da argumentação, o discurso da razão impere sob a justificativa de que ele instaura um ideal de racionalidade e cientificidade. Na complexidade das interações verbais, os limites entre o cognitivo e o emocional são tênues. “Toda atividade do ser humano, incluindo obviamente a atividade verbal, envolve componentes racionalizantes e emocionais, que, por sua vez, encontram-se inseridos no espaço histórico e cultural das trocas linguageiras” (LYSARDO-DIAS, 2010, p. 97).

No corpus estudado, verificamos ser verdadeira a ideia de que emoção e razão não são excludentes nas práticas linguageiras, mas as constituem de fato. O contrato de comunicação midiática e o artigo de opinião assinado, como um dos modos do discurso da imprensa, sustentam-se segundo Charaudeau, sob a dupla finalidade da informação e a da captação, ou seja, situam-se tanto na esfera da razão quanto na da emoção. A partir dessas finalidades, ao jornal impõem-se dois desafios, respectivamente: o da credibilidade e o da dramatização.

Dentro de uma lógica cívica, ao jornal cabe dar ao leitor uma informação sobre o que aconteceu ou está acontecendo no mundo da vida social. Isso se dá por meio da reportagem de fatos do mundo e da explicação acerca das causas e consequências sobre o surgimento desses fatos. Nessa visada de informação, a imprensa se vê desafiada a angariar credibilidades, porque baseia sua legitimidade não na verdade em si, mas “no fazer crer que o que é dito é verdadeiro” (CHARAUDEAU, 2006b, p. 90). Assim, faz prevalecer um saber calcado na exatidão de provas que comprovam a veracidade dos fatos.

Por sua vez, quando inserido em uma lógica comercial, o jornal se vê intimidado a captar o maior número possível de consumidor das notícias face à concorrência. Assim, diante dessa visada de captação, a imprensa se vê obrigada a despertar o interesse do público-leitor pela informação que lhe é transmitida, lançando, para tanto, efeitos de dramatização sobre ela. Desse modo, faz predominar um saber que mobiliza afetividades justamente por incorporar um ideal de novidade, instaurador do diferente e/ou inusitado.

Praticar a produção textual à luz de um contrato comunicativo é dar consciência ao aprendiz de seu papel discursivo no texto; no quadro da argumentação, é salientar seu engajamento explícito (no quadro da emoção) ou “implícitado” (no quadro da razão); é ensiná-lo a oscilar entre razão e emoção se se pretende submetê-lo a um programa argumentativo com retórica.

Sob o ângulo de tal programa argumentativo, Charaudeau e Maingueneau mostram que “a argumentação é sempre situada e vivida por sujeitos portadores de interesses, de paixões e de valores” (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004, p. 57), elementos que constituem, em perspectiva freudiana, o cerne da subjetividade. Ou seja, a argumentação é mesmo encenada por um sujeito portador de opinião, a qual, de um ponto de vista linguageiro, remete a questões da subjetividade e da afetividade (CHARAUDEAU, 1992, p. 492). Em outros termos, a palavra opinativa do sujeito investigado, isto é, a palavra que expressa “valores” é fio condutor de emoção, da não isenção do enunciador, a qual permite ao locutor “situar sua proposta em relação a si mesmo, [...] revelando sua própria posição quanto ao que diz” (*Idem*, p. 575).

O princípio do qual parte a análise da argumentação no discurso é o de que há mesmo uma associação íntima entre a emoção e a racionalidade, considerando as emoções, conforme Parret (*apud* CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004, p. 189), como julgamentos, em uma concepção avaliadora e cognitiva. Nesse sentido, defendemos ser impossível tratar na escola, dentro de uma perspectiva discursiva da linguagem, o ensino da produção textual desvinculado de um sujeito atuante, ativo e inovador sobre o seu dizer.

3. A funcionalidade argumentativa de Villas-Bôas Corrêa

Em artigo de 23 de março de 2007, o sujeito discursivo Villas-Bôas Corrêa, parodiando versões convencionais dos ditos populares, isto é, reelaborando, por subversão, o dizer tradicional, cria seu próprio dizer e deixa brechas para ser reconhecido sob a imagem da-quele que julga também com emoção.

Na sequência, apresentamos a análise do referido artigo do qual depreendemos *a tese* que resulta justamente desse jogo intertextual implícito. Isso porque tal *proposição* configura-se como paródia de velho dito popular. Flagrado como *tese* no interior do artigo selecionado, esse enunciado polifônico veicula a voz do enunciador, que ecoa em paralelo à da tradição, e ao veiculá-la mostra-se predisposto à instauração do subjetivo. E se a subjetividade é instaurada, nesse caso, a propósito da criação de *tese* que é paródia, então comprovamos que a subjetividade é mesmo categoria estruturadora do discurso argumentativo entoado.¹

O procedimento de interseção entre a voz consensual e a do enunciador a ser comentado corresponde ao que atestamos por obra da seguinte construção derivada, inserida no artigo sob análise:

Construção-fonte	Uma no cravo, outra na ferradura.
Construção-derivada	Uma no cravo e duas na ferradura. ... um acerto no cravo e duas falhas no repique da batida da ferradura .

¹ Este final de parágrafo foi corrompido, e não temos segurança de tê-lo reconstituído exatamente como foi produzido. [NOTA DO EDITOR]

Verificamos que, nesse artigo, o articulista, posicionando-se acerca dos primeiros movimentos de Lula em sua segunda gestão, defende a *proposição* de que “o presidente Lula desta nebulosa fase de hesitações, perdido na remontagem do governo, às vezes surpreende para mais ou para menos”. A *tese*, assim enunciada, interessa-nos mais como veículo de uma declaração objetiva que o articulista deseja transmitir ao seu público-leitor. Tal conteúdo encerra uma verdade provada ao longo do texto por meio de argumentos que ilustram as ações acertadas e desacertadas do presidente. Assim delineada, a *proposição* parece predisposta à objetividade, à expressão de racionalidades.

A essa enunciação, contudo, soma-se outra que complementa a formulação da *tese*. Indicada no próprio título do texto: “*Uma no cravo e duas na ferradura*”, desdobra-se no primeiro parágrafo ao inserir-se no fio discursivo da sequência textual supracitada e aqui retomada: “... o presidente Lula desta nebulosa fase de hesitações, perdido na remontagem do governo, às vezes surpreende para mais ou para menos com um acerto no cravo e duas falhas no repique da batida na ferradura”.

Dessa forma enunciada, a *tese* interessa-nos, principalmente, pela maneira como está estruturada, pois, se pretendemos descortinar a constituição do sujeito Villas-Bôas Corrêa, e o programa argumentativo sobre o qual se baseia, temos de investigar seu modo de expressão. Sob esse campo de visão, essas duas ocorrências que integram a *proposição* defendida por Villas-Bôas Corrêa são reenunciações paródicas do velho dito popular “*Uma no cravo, outra na ferradura*”. São paródias, porque ativam o provérbio original para argumentar em sentido diferente ao por ele prescrito, conforme comprovaremos adiante.

Nesse enquadre, tais ditos reenunciados inserem-se, no texto, subvertendo o discurso límpido e objetivo com o qual o articulista inicia a sua *tese*: “... o presidente Lula... às vezes surpreende para mais ou para menos”. Reinventados em dimensão paródica, os ditos em foco costuram a *tese* sob a aura do subjetivo, sobretudo porque dessa reinvenção podemos destacar a voz do enunciador que se diferencia daquela consensualmente partilhada.

Interessa notar a necessidade que o sujeito discursivo tem de reescrever a *tese* sob a roupagem da paródia, não se limitando à exatidão da primeira parte de sua *proposição*. Se, em termos de conteúdo, a ideia de alternância de ações, recomendada pelo provérbio em tela, já estava expressa em “*surpreende para mais ou para menos*”, em termos formais, o sentido será alargado para a identificação do sujeito enunciador.

Enfim, assumindo o papel de *proposição* e, nesse caso, principal, por se localizarem no título e no primeiro parágrafo, as duas ocorrências “*Uma no cravo e duas na ferradura*” e “*... com um acerto no cravo e duas falhas no repique da batida da ferradura*” configuram-se não só como mecanismo argumentativo fundamental, mas como meio para deprendermos a identidade discursiva do sujeito focalizado.

Na sequência, visualizamos as impressões deixadas pelo enunciador na *reescritura* do dito original.

Na atividade de retextualização, a estratégia da substituição é aplicada sozinha à primeira construção derivada; conjugada ao acréscimo aplica-se à segunda versão. Ambas são abaixo recuperadas:

Construção-fonte	Uma no cravo, outra na ferradura.
Construção-derivada	“Uma no cravo e <i>duas</i> na ferradura.” “... um <i>acerto</i> no cravo e <i>duas falhas no repique da batida da ferradura</i> ”.

A construção paródica cujo resultado é o título “*Uma no cravo e duas na ferradura*” baseia-se na apreensão da fórmula já consensualmente admitida. A partir daí, contudo, promove alterações por meio das quais a palavra “*uma*” adquire nova classificação gramatical e na qual é inserida a palavra “*duas*” – em troca do termo “*outra*”. Ressaltemos que ambas as substituições são feitas relativamente à temática debatida pelo sujeito-enunciador. Com essas inserções, o valor semântico de equilíbrio – ora tendendo ao benefício, ora à repressão – inculcado pelo provérbio-fonte, é alterado com vistas a se ajustar ao ponto de vista do enunciador sobre as ações do presidente Lula.

No artigo sob análise, o conceito de “isenção”, indicado pelo enunciado-fonte, é negado. Ao se inserir o numeral “*duas*”, no lugar

do pronome indefinido “*outra*” e, a partir daí, ao se substituir o artigo definido “*uma*”, pelo numeral “*uma*”, fomenta-se a ideia do desequilíbrio. Ou seja, o rifão que defende a teoria de que “com ação alternada, beneficiando, ou reprimindo, ora uma, ora outra facção, busca-se o equilíbrio e a vontade de querer passar-se por imparcial” é substituído por “com ação alternada, beneficia-se ou reprime-se mais uma facção, atestando parcialidade”.

A fim de provar essa nova verdade instaurada, o enunciador lista um variado quadro de ações representativas dos arranhões do governo em confronto com os poucos atos de lucidez do presidente. Para alguma ação acertada, como a de travar os gastos e desperdícios no Congresso e no Judiciário, pelo menos três medidas desajustadas, tais como: aprovação de reajuste para o vencimento dos deputados, senadores, ministros e o presidente; pressão para que a Câmara aprovasse, por 308 votos contra 141, o recurso do PT contra a instalação da CPI do Apagão Aéreo; e autorização para a exploração pelo setor privado em, no máximo, 3% das florestas, até 2010, fato que, segundo o articulista, “não passa pelo gogó dos ambientalistas”.

Com a substituição do pronome indefinido “*outra*” pelo numeral cardinal “*duas*”, opera-se a troca de uma referência comparativa genérica, não particularizada e não restrita por uma quantidade numericamente definida e particularizada.

Essa troca leva-nos a classificar o termo “*uma*”, agora da construção-derivada, como numeral. Na sua relação com o pronome indefinido “*outra*”, o termo “*uma*”, do enunciado-fonte, firma-se por sua indeterminação; trata-se de um artigo indefinido. Por sua vez, em paralelo ao numeral cardinal “*duas*”, passa a se firmar, sobretudo, pela singularidade, ou a qualidade de único. No que tange à quantidade, conforme salienta Neves (2000, p. 518), sendo um artigo indefinido, “*uma*” expressa o sentido de “pelo menos um”; como numeral, passa a expressar o de “exatamente um”.

Tais alterações são coerentes com o motivo mesmo da evocação paródica, qual seja o de enredar o provérbio em contexto que o atualize e, em consequência, o particularize. Na visão do enunciador, é tendencioso o leque de benefícios distribuídos pelo presidente Lula, em detrimento do povo, como ecoa a própria conclusão do artigo: “Para o povão, tudo continua na mesma”. E tais benefícios são, ma-

tematicamente, assinalados por uma determinação definida, traço característico dos numerais cardinais, diferentemente do que ocorre com os pronomes e artigos indefinidos.

Nessa mesma direção de análise, destacamos da *tese* desdobrada no primeiro parágrafo: “... *com um acerto no cravo e duas falhas no repique da batida da ferradura*” a explicitação do desequilíbrio das ações presidenciais. Isso se dá pela indicação de que *falhando na pancada dada sobre a ferradura*, as ações do governo não favorecem o povo, assustando-o definitivamente. Até a pancada fabricada para aliviar a população é “falha”.

Além disso, para indicar a desproporção entre os “bons” e “maus” atos presidenciais, o articulista invoca ainda o nome “*repique*”. Em uma de suas acepções, “repicar” traduz-se pela produção de sons agudos e repetidos. Assim, na visão do enunciador, a imagem “*no repique da batida*” manifesta que são repetidos e escandalosos os favorecimentos concedidos aos Três Poderes pelo governo Lula, em contraposição às ações que os desfavorecem.

A menção a termo semelhante aparece só no terceiro parágrafo, quando o articulista informa que “*a pancada*” fora anunciada, “*com o amortecedor das justificativas*”, pelo ministro do Planejamento Paulo Bernardo, poupando-se o presidente desse desconforto. Além disso, o destaque dado, no segundo parágrafo, à expressão “*na moita*” (“*Ainda agora a equipe econômica tentou travar, na moita, a gincana de gastos e desperdícios no Congresso*”) referente ao anúncio da citada “*pancada nas verbas orçamentárias dos dois poderes*”, reforça a ideia de que, segundo o enunciador, o governo pende, sem dúvida, para o lado mais forte: o do Planalto e seus Poderes.

Pelas menções elaboradas acerca das substituições e dos acréscimos aplicados ao dito convencional, verificamos que o enunciador, ao distanciar-se da construção-fonte, quer demarcar sua forma particular de intervenção no tradicional discurso, uma maneira própria de olhar o mundo, e da qual extraímos o discurso da emoção que é constitutivo de seu dizer argumentativo.

4. *Palavras finais.*

No escopo da perspectiva teórica que adotamos nesta pesquisa, podemos dizer que, estudando a argumentação em Villas-Bôas Corrêa por seu modo de inscrição no discurso, constatamos que o mesmo ancora-se num programa argumentativo que se estabelece sobre dois eixos complementares: o da razão e o da emoção.

Essa constatação parece tornar indiscutível a consideração de que o processo argumentativo estudado nesta pesquisa constitui-se como um programa de argumentação com *retórica*. Tal programa sugere a exclusão de um dizer visto como uma operação puramente intelectual, descontextualizada e destituída de qualquer palavra para exprimir a *emoção* – o ideal do discurso argumentativo (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004, p. 57).

Ao examinarmos as reenunciações proverbiais, pela ótica da *imagem do sujeito enunciador*, constatamos que o programa argumentativo executado nos artigos de Villas-Bôas Corrêa, evidencia-se, de fato, como uma argumentação com emoção. Sua eficácia, contrariamente ao que se pensa, não está na pretensão da objetividade do articulista nem de sua unidade como sujeito discursivo, mas se encontra justamente nessa íntima articulação entre argumentação e retórica. Tal abordagem sustenta-se na análise da argumentação no discurso, ramo da análise do discurso “preocupada em retomar a experiência da retórica como arte eficaz da palavra” (*Id., ib.*, p. 16).

Em resumo, a funcionalidade argumentativa do discurso de Villas-Bôas Corrêa, depreendida da análise das reenunciações proverbiais, ampara-se no jogo intercambiável entre emoção e razão dado pela dissipada ambiguidade estabelecida entre a parcial imagem de si e seu reverso. Nessa direção mostram Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 94) que pode acontecer de o “reinvestimento²”, no que diz respeito às relações interdiscursivas, ser mesmo ambíguo, sendo interpretável simultaneamente como captação ao dito original (pela recorrência ao provérbio) e como subversão paródica (pela re-

² De maneira interessante, Charaudeau e Maingueneau (2004) utilizam essa metáfora financeira a fim de enfatizarem que um texto ou um gênero, guardados na memória da coletividade, possuem um capital variável de autoridade, avaliado positiva ou negativamente.

criação proverbial). Nesse caso, o sujeito parodista assume, enfim, uma posição ambígua relativamente ao parodiado: “afasta-se dele, permanecendo próximo; é-lhe infiel, sendo fiel” (MACHADO, 1999, p. 330).

Essa prática ambivalente que emerge das enunciações do sujeito discursivo revela que, apesar de as marcas da captação de um dizer canônico atingirem o discurso de Villas-Bôas Corrêa, esse mesmo discurso é atravessado, inevitavelmente, pela subversão, ou seja, por elementos duplamente emocionais. Essa constatação coaduna-se com a fala de Kerbrat-Orecchioni (1980) para quem todos os discursos são subjetivamente marcados – lugar de inscrição da parcialidade – porém de acordo com formas e graus extremamente variados. Dentro desse quadro de certo conflito particular, uma vez que o enunciador concilia-se com a voz consensual ao mesmo tempo em que dela se defende, instaura-se, definitivamente, a eficaz argumentação retórica de Villas-Bôas Corrêa.

Considerando, em particular, a face subjetiva dessa ambivalência, ressaltamos ainda que os efeitos de parcialidade produzidos pelos elementos emocionais do discurso argumentativo estudado, ou seja, manifestados a partir dos ditos populares parodiados não estão circunscritos ao limite da frase, pois já extrapolaram para o discurso. A obsessiva relação com o já-dito por parte do enunciador e a sua sistemática reenuniação por subversão paródica demonstram que a emoção é construída textualmente.

Não sendo, pois, um adorno, tal processo é apreendido neste trabalho como meio discursivo sistemático de garantia da eficiência/funcionalidade argumentativa dos textos de Villas-Bôas Corrêa.

Todas as informações apresentadas parecem ser suficientes para constatar a legítima e eficaz oscilação que caracteriza, em particular, o discurso argumentativo de Villas-Bôas Corrêa e, em âmbito geral, o comentário jornalístico, como comprova a citação extraída de Charaudeau (2006b, p. 187) e copiada a seguir:

Na realidade, o comentário jornalístico, tomado pela dupla restrição de credibilidade/captação do contrato de comunicação midiática, retira sua legitimidade de uma oscilação permanente entre, de um lado, um discurso de engajamento moral, de outro, um discurso de distanciamento; de um lado, uma manifestação de entusiasmos, de outro, de frieza; de um lado, de argumentos baseados em crenças (no saber amplamente

compartilhado), de outro, de argumentos baseados em conhecimentos (no saber reservado).

Enfim, os dados abordados, neste estudo, parecem ser suficientes para que defendamos que o programa argumentativo aplicado na escola deve mesmo orientar-se para a inclusão do fator emocional ao lado do já presente componente racionalizante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Hétérogénéité montréalaise et hétérogénéité constructive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. *DRLAV*, Paris, n° 26, p. 91-151, 1982.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. & FIORIN, José Luiz (Orgs.). *Dialogismo, polifonia e intertextualidade*. São Paulo: Edusp, 2003.

BENVENISTE, Emile. *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Pontes; UNICAMP, 1988.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006a.

_____. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006b.

_____. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, Hugo; MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato de. (Orgs.). *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, p. 23-37, 2001.

_____. & MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

GRÉSILLON, A. & MAINGUENEAU, Dominique. Polyphonie, proverbe et détournement. *Langages*, Paris, n° 73, março, p. 112-125, 1984.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *L'énonciation de la subjectivité dans le langage*. Paris: Armand Colin, 1980.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Introdução à linguística textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MACHADO, Ida Lúcia. A paródia vista sob a luz da análise do discurso. In: MARI et alii (Orgs.). *Fundamentos e dimensões da análise do discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges; NAD/FALE/UFMG, p. 327-334, 1999.

LYSARDO-DIAS, DYLIA. Estereótipos e emoção: empatia no gênero proverbial. In: MENDES, E. e MACHADO, I. D. (Orgs.). *As emoções no discurso*, vol. II. Campinas: Mercado de Letras, 2010.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.

OBELKEVICH, James. Provérbios e história social. In: BURKE, P. e PORTER, R. (Orgs.). *História social da linguagem*. São Paulo: UNESP, p. 43-81, 1997.

TAGNIN, Stella Ortweiler. *Expressões idiomáticas e convencionais*. São Paulo: Ática, 1989.